



Processo: nº 2.492/1993 (i).

Origem: Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF.

Assunto: Admissão de pessoal.

Ementa: . Concurso Público para Soldado Policial Militar regulado pelo Edital Normativo nº 007/1991 – PMDF. Inclusões por força de decisão judicial. Diligência. Decisão nº 1.812/2003: diligência à PMDF. Análise de cumprimento de diligência, de pedido formulado pelo Deputado Distrital Sidney da Silva Patrício e do Decreto nº 28.169/2007. Nova diligência. Cumprimento. Decisão nº 34/2009: conformidade do Decreto nº 28.169/2007 com a legislação vigente. Legalidade de admissões. Decreto n.º 28.169/2007 não abarcou todos os interessados.

. Diligência – Decisão nº 33/2010 (fl. 782).

. Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIPE) sugere à Corte: a) tomar conhecimento de documentos que indica, tendo por cumprida a determinação contida na Decisão nº 33/2010; b) determinar diligência junto à PMDF; c) considerar legal a inclusão da candidata que menciona; d) reconsiderar o teor do item II, b, da Decisão nº 33/2010, liberando a PMDF do seu cumprimento; e) autorizar o arquivamento dos presentes autos (fls. 850/856).

. Parecer convergente do Ministério Público de Contas do Distrito Federal (fls. 858/860).

. Acolhimento dos termos da instrução e do parecer do *Parquet*. Conhecimento de documentos. Cumprimento de diligência. Legalidade de inclusão de candidata. Dispensa do cumprimento do item II, b, da Decisão nº 33/2010. Arquivamento dos autos.

RELATÓRIO

Cuida o presente processo da admissão de candidatos ao posto de Soldado Policial Militar do Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes – QPPMC (masculino e feminino), regulado pelo Edital Normativo nº 007/1991-PMDF, publicado no DODF de 14.01.1991 (fls. 2/9).



Após reexaminar o feito, a Secretaria de Fiscalização de Pessoal, às fls. 850/856, presta as seguintes informações:

"2. O certame destinou-se a selecionar candidatos a matrícula no Curso de Formação de Soldado Policial Militar - CFSd. O resultado final para os candidatos do sexo feminino foi publicado no DODF de 15.03.93 (fls. 18/49).

3. Algumas candidatas foram incluídas por força de ações judiciais e suas admissões encontravam-se pendentes de análise por parte desta Egrégia Corte de Contas, no aguardo de informações sobre o trânsito em julgado das respectivas demandas judiciais. Porém, a instrução anterior desta Divisão (fls.762/768) propôs o registro dos atos de admissão, em razão do que foi deliberado pelo Tribunal na Decisão nº 34/2009 (fls.755), no sentido de considerar que o Decreto nº 28.169/07, publicado no DODF de 08.08.07 (fls. 496-verso), "guarda conformidade com a legislação vigente e homenageia, entre outros, os princípios da razoabilidade, da eficiência e da economicidade, bem como prestigia o interesse público. ".

4. Na mesma instrução, foi aprofundado o exame dos documentos de fls. 567/582, por meio dos quais a Soldado Reformada Elda Ferreira Alves Valentim comunicou ao Tribunal não ter sido agraciada pelo Decreto nº 28.169/07, apesar de possuir, segundo alegava, todos os requisitos para sua promoção. Após considerar as razões da interessada, esta Divisão propôs ao Tribunal que fossem solicitados à PMDF esclarecimentos se há militares reformados ou inativos, provenientes do concurso público regulado pelo Edital Normativo nº 007/91-PMDF, publicado no DODF de 14.01.91, incluídos na condição sub judice e ainda não providos e efetivados nos moldes do Decreto nº 28.169/07, cuja consequência mediata foi a não promoção para soldado policial-militar de 1ª classe.

5. Cabe lembrar que por intermédio do citado Decreto nº 28.169/07 o Governo do Distrito Federal realizou a efetivação de candidatos incluídos nas fileiras da corporação na condição sub judice, nesse concurso e em outros realizados até o ano de 2002, conforme se observa na instrução de fls. 583/604.

6. Ao apreciar as propostas da instrução o Tribunal, a teor da Decisão n.º 33/10 (fl. 782), considerou legais as admissões elencadas às fls. 766/767 (item I) e, no item II, determinou que a PMDF informasse:

a) ..., no prazo de 30 (trinta) dias, se há militares reformados ou inativos, provenientes do



concurso público regulado pelo Edital Normativo nº 007/91-PMDF, publicado no DODF de 14.01.1991, incluídos na condição "sub judice" e ainda não providos e efetivados nos moldes do Decreto nº 28.169/2007, cuja consequência mediata foi a não promoção para soldado policial-militar da 1ª classe;

b) mantenha em acompanhamento as ações judiciais das seguintes militares, aprovadas no Concurso Público regulado pelo Edital nº 007/91-PMDF, publicado no DODF de 14.01.1991, para Soldado Policial Militar do Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes - QPPMC, informando, quando dos respectivos trânsitos em julgado, se os veredictos foram favoráveis ou não às autoras: Creusa Alves dos Reis e Elda Ferreira A. Valentim da Costa;

7. Tendo em vista que a diligência determinada na decisão supratranscrita não fora cumprida, o Tribunal a reiterou, por intermédio da Decisão nº 6276/2010 (fls.793), com o alerta sobre a possibilidade de aplicação de sanção, nos termos do art. 57, IV, da Lei Complementar nº 1/94.

8. Em 25/10/2010, a Consultoria Jurídica da Presidência deste Tribunal encaminhou para juntada aos autos a Nota nº 420/2010 - CJP (fls.795), na qual informa que a 2ª PRODEP/MPDFT (fls. 797) solicitou elementos para atuar no Requerimento 08190.065769/10-95 (cópia às fls.798/811), que trata sobre a aplicação do Decreto nº 28.169/2007.

9. Às fls.812 foram juntados o Ofício nº 6215/2010 - Aud./DCC, de 30/12/2010, e os anexos de fls.813/837, encaminhados pela PMDF para cumprir a determinação contida na Decisão nº 33/2010. A documentação é constituída por: Ofício nº 1081/SRR, da Diretoria de Inativos, Pensionistas e Civis da PMDF (fls.813/814); cópia do andamento processual da APC 2007.01.1.138712-8, do interesse de Elda Ferreira Alves Valetim da Costa e respectivo Acórdão (fls. 815/818); rol das militares reformadas e licenciadas beneficiadas pelo Decreto nº 28.169/2007 (fls.819); cópias dos assentamentos funcionais dos Soldados PM 2ª Classe Creusa Alves dos Reis (fls.820/823), Denivalda Alves de Araujo (fls.824/830) e Elda Ferreira Alves Valetim da Costa (fls.831/837).

10. Posteriormente, a PMDF encaminhou os Ofícios nº 188/DRS, de 25/2/2011 (fls.838), acompanhado dos documentos de fls.839/841; nº 268/DRS, de 28/3/2011 (fls.842); nº 752/DRS, de 26/9/2011 (fls.843) e nº 82/DRS, de 13/2/2012 (fls.844), que comunicam o trânsito em julgado das ações judiciais impetradas



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 861
Proc.:2492/93
Rubrica

pelos Soldados PM abaixo listados, e que foram beneficiados pelo Decreto nº 28.168/2007, todas com desfecho desfavorável aos autores:

Ricardo Pereira Lopes - Edital nº 234/98 - Ação Ordinária nº 1999.01.1.063571-2 (Edital nº 234/98);

Wellington Paulo dos Reis - Ação Ordinária nº 1998.01.1.037800-4 (Edital nº 234/98);

Ricardo Pereira Lopes - AC nº 1999.01.1.054777-0 (Edital nº 234/98);

Télia Sousa Menezes - APC nº 2000.01.5.004185-0 (Edital nº 7/91);

Elivânia de Sousa Barbosa Donna - RE 543.389 (Concurso 2001/2002);

Fábio de Jesus Lima Viana - RE 543.389 (Concurso 2001/2002);

Roni Diego de Araújo Silva - RE 543.389 (Concurso 2001/2002), e

Roberto Eloy de Sousa Júnior - RE 543.389 (Concurso 2001/2002).

11. Compulsando a documentação, verificamos que o Ofício nº 1081/SRR esclarece que apenas a Soldado Denilvada Alves Almeida foi reformada posteriormente à publicação do Decreto nº 28.169/2007 e que a Soldado Elda Ferreira A. Valetim foi reformada em data anterior. Dessa forma, podemos considerar atendida a questão suscitada na alínea a, item II, da Decisão nº 33/10 sobre "se há militares reformados ou inativos, provenientes do concurso público regulado pelo Edital Normativo nº 007/91-PMDF, publicado no DODF de 14.01.1991, incluídos na condição "sub judice" e ainda não providos e efetivados nos moldes do Decreto nº 28.169/2007, cuja consequência mediata foi a não promoção para soldado policial-militar da 1ª classe;".

12. Quanto ao disposto na alínea "b" do mesmo item, observamos que a ação judicial interposta pela SD PM de 2ª Classe Elda Ferreira A. Valentim da Costa transitou em julgado em 7/10/2010, com decisão desfavorável à promoção da autora para a 1ª Classe, pois ela já se encontrava reformada à época da publicação do decreto em questão e, de acordo com o Acórdão proferido na APC nº 2007.01.1.138712-8 (fls.818), a promoção é direito reservado pelo art. 62 da Lei nº 7289/84 aos policiais da ativa. Isso, portanto, explica a permanência da interessada na 2ª Classe, fato que deve ser levado ao conhecimento da interessada.

13. Com relação à SD PM de 2ª Classe Creusa Alves dos Reis, a PMDF registrou seu desligamento da Corporação. Corroborando essa informação, as cópias



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 861

Proc.:2492/93

Rubrica

dos assentamentos funcionais da interessada revelam seu licenciamento das fileiras da Corporação em 15/9/2003. Diante disso, e seguindo o entendimento que resultou no registro das admissões de que trata a Decisão nº 33/10, sugerimos que o Tribunal considere legal a admissão da Soldado PM 2ª Classe Creusa Alves dos Reis.

14. A respeito da informação sobre o trânsito em julgado das ações judiciais dos candidatos elencados no parágrafo 10 desta instrução, releva salientar que apenas Télia Sousa Menezes é oriunda do concurso em exame (Edital nº 7/91) e sua admissão já foi registrada pelo Tribunal mediante a Decisão nº 33/10. As demais, inclusive as de Elivânia de Sousa Barbosa Donna, Fábio de Jesus Lima Viana, Roni Diego de Araújo Silva e Roberto Eloy de Sousa Júnior originários de concursos realizados entre 2001/2002, e que figuram como parte no RE 543.389, deverão ser analisadas no processo que trata das admissões decorrentes dos editais ali citados.

15. Quanto à Télia Sousa Menezes verificamos no sítio eletrônico do TJDF que ela interpôs o MS nº 2011.01.1.214973-9 com o propósito de reverter a sentença desfavorável proferida pela justiça e, assim, permanecer na Corporação. Conforme os documentos de fls.845/849, ela obteve sucesso provisoriamente.

16. Com base nesses fatos e considerando que o registro das admissões decorrentes do Edital nº 1/97 e beneficiadas pelo Decreto nº 28.168/07 foram ultimadas e, ainda, que algumas dessas inclusões continuam sendo apreciadas no âmbito do Poder Judiciário fora, portanto, da jurisdição deste Tribunal, entendemos que essas demandas possam ser acompanhadas pela Corporação, a quem compete dar cumprimento às decisões emanadas daquele poder. Assim, sugerimos que o Tribunal reconsidere o teor do item II, b, da Decisão nº 33/10, desobrigando a PMDF do seu cumprimento e, em consequência, o arquivamento dos autos."

Ao final de sua análise, a Unidade Técnica sugere que o Tribunal:

"I) tome conhecimento:

a) da Nota nº 420/2010 - CJP, de 25/10/2010 (fls.795), da Consultoria Jurídica da Presidência deste Tribunal e dos documentos de fls. 796/811 que a acompanham;

b) do Ofício nº 6215/2010 - Aud./DCC, de 30/12/2010, da Polícia Militar do DF (fls. 812) e da documentação anexa de fls. 813/837,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 861

Proc.:2492/93

Rubrica

*considerando cumprida a determinação contida na
Decisão nº 33/2010;*

*c) do Ofício nº 188/DRS, de 25/2/2011 (fls.838),
acompanhado dos documentos de fls.839/841; do
Ofício nº 268/DRS, de 28/3/2011 (fls.842); do
Ofício nº 752/DRS, de 26/9/2011 (fls.843) e do
Ofício nº 82/DRS, de 13/2/2012 (fls.844); d) dos
documentos de fls. 845/849;*

*II) determine à PMDF que informe à SD PM de 2ª
Classe Elda Ferreira A. Valentim da Costa que, de
acordo com a decisão judicial proferida na APC nº
2007.01.1.138712-8 (fls.818), transitada em julgado
em 7/10/2010, a promoção é direito reservado pelo
art. 62 da Lei nº 7289/84 aos policiais da ativa;*

*III) considere legal, para fins de registro, a
inclusão na Polícia Militar do Distrito Federal de
Creusa Alves dos Reis, aprovada no Concurso Público
regulado pelo Edital nº 007/91-PMDF, publicado no
DODF de 14.01.1991, para Soldado Policial Militar
do Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes
- QPPMC;*

*IV) reconsidere o teor do item II, b, da Decisão nº
33/10, liberando a PMDF do seu cumprimento; e*

V) autorize o arquivamento dos autos."

Chamado a falar no feito, o Ministério Público de Contas, às fls. 858/860, opina pelo acolhimento das medidas alvitadas pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal, ressaltando seu entendimento externado no Parecer nº 1418/2007-MF, fls. 615/626: "Ante o exposto, considerando a impossibilidade de se confirmarem, na via administrativa, as efetivações de candidatas que lograram participar do Curso de Formação de Soldados PM mediante provimentos judiciais precários, sob pena de violação, especialmente, da regra de concretização dos princípios da igualdade, da impessoalidade, da moralidade e da competitividade pública, e a par da interpretação sistemática dos artigos 69, 71, § 1º, inciso II, e 100, incisos VI e XVIII, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal, depreendendo que a matéria de que trata o Decreto nº 28.169/07 estaria condicionada à existência de lei, em sentido formal e material, opina o Ministério Público por que o E. Plenário acolha, in totum, as sugestões formuladas pela digna Inspeção às fls. 602/604, bem como o aditamento assinalado à fl. 612".

É o relatório.

VOTO

Preliminarmente, deixo de acolher a ressalva apresentada pela ilustre representante do Ministério Público de Contas, por se tratar de matéria já



examinada e vencida nestes autos, nos termos do voto de fls. 727/754, que redundou na Decisão nº 34/2009 (fl. 755).

No mais, não tenho motivos para divergir das sugestões apresentadas pela Unidade Técnica e que, não obstante a ressalva referida no parágrafo precedente, foram corroboradas pelo Ministério Público de Contas, uma vez que se encontram fundamentadas na legislação que disciplina a espécie, nas normas editais e na jurisprudência desta Corte de Contas.

Destarte, acompanhando, no todo, a manifestação da Divisão de Atos de Admissões da Secretaria de Fiscalização de Pessoal e, em parte, do **Parquet**, **VOTO** por que este egrégio Plenário:

- I - tome conhecimento:
 - a) da Nota nº 420/2010 – CJP, de 25/10/2010 (fls.795), da Consultoria Jurídica da Presidência deste Tribunal e dos documentos de fls. 796/811 que a acompanham;
 - b) do Ofício nº 6215/2010 – Aud./DCC, de 30/12/2010, da Polícia Militar do DF (fls. 812) e da documentação anexa de fls. 813/837, considerando cumprida a determinação contida na Decisão nº 33/2010;
 - c) do Ofício nº 188/DRS, de 25/2/2011 (fls.838), acompanhado dos documentos de fls.839/841; do Ofício nº 268/DRS, de 28/3/2011 (fls.842); do Ofício nº 752/DRS, de 26/9/2011 (fls.843) e do Ofício nº 82/DRS, de 13/2/2012 (fls.844);
 - d) dos documentos de fls. 845/849;
- II - determine à PMDF que informe à SD PM de 2ª Classe Elda Ferreira A. Valentim da Costa que, de acordo com a decisão judicial proferida na APC nº 2007.01.1.138712-8/TJDFT (fls.818), transitada em julgado em 7/10/2010, a promoção é direito reservado pelo art. 62 da Lei nº 7.289/1984 aos policiais da ativa;
- III - considere legal, para fins de registro, a inclusão na Polícia Militar do Distrito Federal de Creusa Alves dos Reis, aprovada no Concurso Público regulado pelo Edital nº 007/1991-PMDF, publicado no DODF de 14.01.1991, para Soldado Policial Militar do Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes – QPPMC;
- IV - reconsidere o teor do item II, b, da Decisão nº 33/2010, liberando a PMDF do seu cumprimento; e



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 861

Proc.:2492/93

Rubrica

V -. autorize o arquivamento dos presentes autos.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 2012.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Relator

07.